

**FÓRUM
DEMOCRÁTICO PARA
O DESENVOLVIMENTO
DE MINAS GERAIS**



PROPOSTAS PARA A AGENDA DA ASSEMBLEIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ABRIL/2011

Mesa da Assembleia

Deputado Dinis Pinheiro

Presidente

Deputado José Henrique

1º-Vice-Presidente

Deputado Inácio Franco

2º-Vice-Presidente

Deputado Paulo Guedes

3º-Vice-Presidente

Deputado Dilzon Melo

1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.

2º-Secretário

Deputado Jayro Lessa

3º-Secretário

SECRETARIA

Eduardo Vieira Moreira

Diretor-Geral

José Geraldo de Oliveira Prado

Secretário-Geral da Mesa

Elaboração: Gerência-Geral de Consultoria Temática –
Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas

Órgão demandante: Secretaria-Geral da Mesa

Projeto gráfico e editoração: Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação –
Gerência de Comunicação Visual

Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas
Gerais (2011 : Belo Horizonte, MG).

F745p Propostas para a agenda da Assembleia – Belo
Horizonte : Assembleia Legislativa do Estado de Minas
Gerais, 2011.
54 p.

1. Desenvolvimento regional – Congresso – Minas
Gerais. I. Título. II. Minas Gerais. Assembleia Legislativa.

CDU: 338.92(815.1)



CONSTRUÇÃO COLETIVA

Esta publicação resulta do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, realizado entre os dias 15 e 24 de fevereiro de 2011, com o objetivo de levantar ideias para subsidiar a Mesa Diretora, as Comissões Temáticas e o conjunto dos Deputados na elaboração da agenda da Assembleia Legislativa para os próximos anos.

As propostas aqui divulgadas representam possibilidades de ação desta Casa, consideradas suas funções constitucionais, a partir da compilação de todas as sugestões encaminhadas por representantes de órgãos públicos, da sociedade civil ou diretamente pelos cidadãos, com referência a dez eixos temáticos: Assistência Social, Cultura, Defesa Social, Desenvolvimento Econômico e Inovação, Direitos Humanos, Educação, Esporte e Juventude, Governança Regional e Urbana, Meio Ambiente e Saúde.

Em cada um dos eixos, especialistas apontaram entraves e desafios ao desenvolvimento do Estado. A participação da sociedade foi garantida pela presença direta no evento, por e-mail, telefone e por meio de consulta pública. A amplitude e a profundidade das contribuições nos permitem dizer que as principais chaves para o crescimento mineiro estão aqui reunidas.

As experiências, os pontos de vista e as ponderações manifestadas durante o evento enriquecem a compreensão das realidades setoriais e regionais e contribuem para orientar o planejamento e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas. E o conjunto das proposições, certamente, dará suporte a uma diretriz que estabelecemos como prioritária para o biênio 2011/2012: a redução das desigualdades regionais e sociais.

Vale lembrar que a iniciativa do fórum faz parte de um conjunto de projetos do Direcionamento Estratégico, instrumento de planejamento da Assembleia para aprimorar sua atuação nos próximos dez anos. Com ele pretendemos que o Parlamento seja reconhecido como o poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor, contribuindo para o fortalecimento da democracia e para o pleno desenvolvimento do nosso Estado.

Deputado Dinis Pinheiro
Presidente



ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 – Gestão da política de assistência social

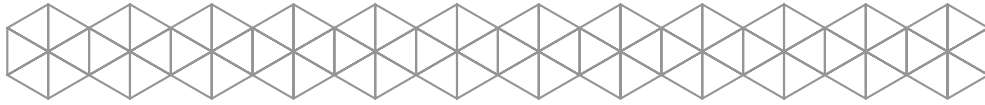
- Acompanhamento da implantação do Sistema Único de Assistência Social – Suas – no Estado: recursos humanos, cofinanciamento municipal e estadual e disseminação do significado da proteção social.
- Debate sobre a nova regulação do certificado de filantropia e a vinculação das entidades de assistência social ao Suas.
- Debate sobre o Projeto de Lei nº 3.077/2008, em tramitação no Congresso, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas – e envio de contribuições para aprimoramento do projeto.
- Debate sobre o cumprimento, pelos Municípios e pelo Estado, dos preceitos constitucionais de realização de concurso público para provimento de cargos para a política de assistência social e análise da precarização dos vínculos trabalhistas na área.
- Discussão no planejamento público sobre a destinação de recursos orçamentários para a capacitação dos conselheiros de assistência social e conselheiros de direitos.
- Acerto normativo na regulação da política de assistência no Estado, a fim de assegurar o pagamento de recursos humanos com verbas do cofinanciamento e o repasse automático ao Fundo Estadual da Assistência Social – Feas.

2 – Financiamento da política de assistência social

- Discussão no planejamento público sobre a destinação de recursos orçamentários para a implantação e a consolidação do Suas no Estado, para a universalização e a qualificação da proteção social básica e especial, para a capacitação continuada de servidores e conselheiros e para as ações de monitoramento e avaliação da política de assistência social.
- Debate regionalizado para discutir o financiamento do Suas, envolvendo o Tribunal de Contas do Estado.
- Debate sobre a instituição do Fundo Estadual do Idoso, em consonância com o estabelecido pela Lei Federal nº 12.213, de 20/1/2010.

3 – Vigilância socioassistencial

- Acompanhamento e monitoramento das informações produzidas pelo Observatório do Desenvolvimento Social e pelo Sistema de



Informação e Monitoramento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – para verificar a efetividade das ações de proteção social e a focalização nas famílias mais vulneráveis do Estado.

4 – Proteção social básica

- Debate sobre a especificidade da proteção social básica desenvolvida nos Centros de Referência de Assistência Social – Cras – e sobre os indicadores de qualidade dessa ação, como forma de fortalecê-la no Estado.
- Discussão no planejamento público sobre os recursos orçamentários destinados à proteção básica para garantir infraestrutura adequada ao atendimento das demandas locais nos Cras.
- Revisão da Lei nº 12.666/1997, que cria a Política Estadual do Idoso, adaptando-a à Política Nacional do Idoso e ao Estatuto do Idoso.

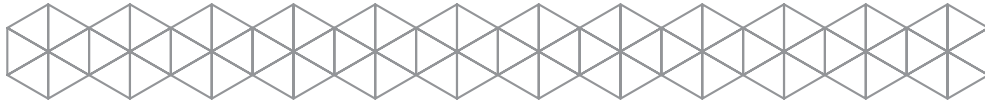
5 – Proteção social especial

- Discussão no planejamento público sobre os recursos orçamentários destinados à ampliação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas – no Estado, garantindo infraestrutura adequada ao atendimento das demandas locais e regionais.
- Discussão no planejamento público sobre os recursos orçamentários para a proteção social básica e especial, a fim de ampliar e fortalecer os serviços prestados pelos Cras e Creas destinados a crianças e adolescentes, reforçando a rede de proteção social a esse público.
- Acompanhamento e monitoramento de políticas públicas destinadas à proteção de crianças e adolescentes expostos a vulnerabilidades sociais, ao trabalho infantil e ao abuso e à exploração sexual.
- Debate para elaboração do Plano Estadual de Atendimento às Medidas Socioeducativas.
- Discussão sobre o acolhimento institucional no Estado para cada público específico – crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência.
- Debate sobre a atenção integral ao idoso por meio das Instituições de Longa Permanência – ILPIs – e discussão no planejamento público sobre os recursos orçamentários destinados ao financiamento do acolhimento institucional para idosos e pessoas com deficiência.
- Mediação junto ao Executivo a fim de ampliar a integração da Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – e da Sedese para o planejamento e a gestão das medidas socioeducativas em meio aberto.
- Discussão no planejamento público sobre os recursos orçamentários destinados ao cofinanciamento de Municípios no atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto.



6 – Outros temas – redução da pobreza, trabalho e geração de renda, segurança alimentar

- Acompanhamento e monitoramento das ações de segurança alimentar e nutricional no Estado.
- Promoção de evento institucional para debater a superação da pobreza no Estado e divulgação dos debates ocorridos no Fórum para a Erradicação da Pobreza Extrema no Brasil, de forma descentralizada.



CULTURA

1 – Institucionalização das políticas públicas de cultura e do Sistema Nacional de Cultura

- Consolidação do Sistema Estadual de Cultura.
- Elaboração e aprovação do Plano Estadual de Cultura.
- Reestruturação dos programas da área da cultura na elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2012-2015.
- Monitoramento e acompanhamento das ações e programas da área de cultura no PPAG.
- Discussão sobre a viabilidade de consórcios municipais na área de cultura ou outras instâncias intermediárias de gestão, com vistas à descentralização das políticas culturais.
- Instituição do sistema de informações culturais do Estado.
- Reinstalação da Frente Parlamentar de Apoio à Cultura.
- Formalização de apoio à aprovação da PEC 150 pelo Congresso Nacional.
- Discussão acerca das peculiaridades dos setores empresariais abrangidos pelo regime de substituição tributária, com vistas a ampliar o rol de patrocinadores de projetos culturais no Estado sob os auspícios da Lei Estadual de Incentivo à Cultura.
- Discussão da viabilidade de editais específicos no âmbito do Fundo Estadual de Cultura.
- Discussão do atual modelo de financiamento à cultura baseado em projetos e possíveis alternativas.
- Discussão sobre cursos de formação de gestores culturais em Minas Gerais, em especial por meio da oferta de cursos nas universidades estaduais.
- Discussão dos resultados da implementação do critério “patrimônio cultural” da Lei do ICMS Solidário após a mudança na legislação.
- Balanço e acompanhamento de encaminhamentos relacionados às deliberações e propostas das conferências estaduais e nacionais de cultura, sobretudo para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Cultura.
- Elaboração de agenda permanente de atividades da Comissão de Cultura da ALMG, com vistas ao seu fortalecimento institucional.

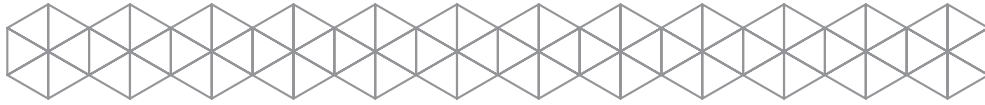


2 – Memória, patrimônio e diversidade cultural

- Discussão sobre mecanismos de proteção ao patrimônio cultural material e imaterial no Estado.
- Discussão sobre os impactos da mineração nos Municípios mineiros, em especial nos que têm patrimônio cultural protegido.
- Discussão acerca de melhor instrumentalização do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas – Iepha-MG –, instituição diretamente responsável pelo levantamento, inventário e registro dos patrimônios culturais materiais e imateriais no Estado, para evitar a perda de pessoal em virtude de baixos salários.
- Discussão sobre os mecanismos de apoio às manifestações culturais populares em Minas Gerais, sejam da área da cultura, sejam de outras áreas, em especial sobre o Fundo Estadual de Direitos Difusos.
- Discussão e divulgação de projetos que enfoquem a capoeira em Minas Gerais e suas potencialidades na difusão da cultura brasileira e da língua portuguesa no exterior.
- Discussão e divulgação de projetos de incentivo às festas carnavalescas e às escolas de samba no Estado.
- Discussão e divulgação de projetos e iniciativas relacionadas aos festejos juninos.
- Discussão e divulgação das manifestações culturais relacionadas ao congado e ao reinado em Minas Gerais.
- Discussão e divulgação das expressões culturais relacionadas à cultura caipira no Estado.

3 – Cultura, cidade e cidadania

- Debate e apresentação de sugestões relacionadas à cultura no âmbito do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH.
- Acompanhamento da implantação da Lei Federal nº 11.769, de 2008, que torna obrigatório o ensino de música nas escolas públicas do Estado.
- Discussão sobre o alcance do vale-cultura no Estado e formalização de apoio à rápida tramitação do Projeto de Lei Federal nº 5.798/2009.
- Identificação e estruturação dos circuitos culturais de Minas Gerais, criando incentivos para sua valorização e promovendo sua articulação com os circuitos turísticos já implantados no Estado.
- Debate acerca da acessibilidade nos equipamentos culturais e em edifícios protegidos pelos órgãos de patrimônio, bem como dis-



cussão de ações específicas de formação de público entre as pessoas deficientes.

- Promoção de maior intercâmbio entre projetos e artistas do interior e da capital, em especial na vertente interior-capital.
- Discussão e divulgação das experiências dos Pontos de Cultura existentes no Estado.
- Capacitação de vereadores acerca de temas relacionados à cultura, em especial relacionados às peculiaridades dos Municípios de até 20 mil habitantes.
- Discussão e divulgação de projetos de formação de público de instituições públicas e privadas no Estado.
- Discussão e divulgação dos principais equipamentos culturais existentes na RMBH e no interior.
- Discussão e divulgação de formas de estímulo aos grupos de atuação cênica na rua.
- Discussão e divulgação de cursos técnicos profissionalizantes na área cultural, visando ao desenvolvimento estratégico e econômico do setor, à geração de renda e à inclusão social de jovens e adultos no mercado de trabalho.

4 – Direito autoral

- Discussão e apresentação de aperfeiçoamentos à proposta de revisão da Lei dos Direitos Autorais, em tramitação no Congresso Nacional.



DEFESA SOCIAL

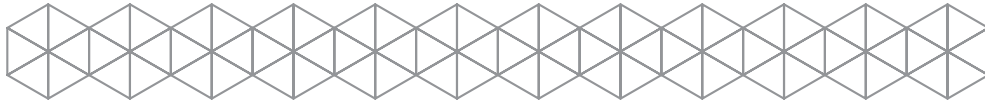
1 – Legislação

- Debate amplo e articulado com todas as demais Casas Legislativas do País a fim de se discutir a possibilidade de obter, junto ao Congresso Nacional, a edição da lei complementar prevista no parágrafo único do artigo 22 da Constituição da República, que dispõe sobre possível autorização aos Estados para legislar sobre questões específicas de direito penal, entre outras matérias.
- Acompanhamento da situação da PEC 354/2009, hoje arquivada na Câmara dos Deputados, a qual propõe que a pedofilia seja transformada em crime inafiançável e imprescritível.
- Acompanhamento da situação do PLS 76/2000 (incorporando o PLS 137/2000 e o PLC 89/2003), sobre crimes cibernéticos, hoje arquivado no Senado Federal.
- Articulação para a inclusão da prática virtual da pedofilia como tipo penal, em legislação pertinente ao tema.
- Acompanhamento da tramitação do projeto de reforma do Código de Processo Penal (PLS 156/2009), aprovado em 9/11/10 em primeiro turno no Senado Federal e remetido para a Câmara dos Deputados em 23/3/2011.
- Continuidade dos debates sobre descriminalização do uso de drogas e outros temas correlatos, e acompanhamento dessas discussões em nível nacional.

2 – Sistema de defesa social em Minas Gerais

2.1 – Integração

- Monitoramento, junto ao Poder Executivo, do processo de integração operacional dos órgãos da área de segurança pública, em especial no que toca às ações e informações das Polícias Civil e Militar.
- Continuidade dos debates sobre a possibilidade de adoção do ciclo completo de polícia em Minas Gerais.
- Ampliação da discussão sobre a proposta de unificação das polícias e dos bombeiros, incluindo acompanhamento dos desdobramentos da diretriz aprovada na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – 1ª Conseg – e das propostas aprovadas



no Fórum Técnico “Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência”, da ALMG, relacionadas ao tema.

- Acompanhamento da tramitação das PECs 430 e 432, na Câmara dos Deputados, e da situação da PEC 21, no Senado Federal, que versam sobre os temas unificação, desmilitarização e estruturação das polícias e corpos de bombeiros nos Estados.

2.2 – Estruturação

- Monitoramento, junto à Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds –, de questões relativas a adequação e paridade de infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal dos profissionais da defesa social, em especial policiais civis e militares.
- Fiscalização da execução das ações do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2008-2011, exercício 2011, relativas a infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal dos profissionais da área de defesa social.
- Manutenção das iniciativas das Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos da ALMG na realização de audiências públicas e de visitas com foco em adequação e paridade de infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal dos profissionais da área de defesa social, em especial policiais civis e militares.
- Acompanhamento dos desdobramentos das propostas aprovadas no Fórum Técnico “Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência”, relacionadas às condições de trabalho dos profissionais da área de defesa social, no âmbito da Comissão de Segurança Pública da ALMG.
- Acompanhamento e fiscalização das políticas públicas na área de defesa social ao longo dos próximos anos, de modo a assegurar que a mudança de governos não comprometa a segurança pública no Estado, diante de possíveis rupturas em sua continuidade e permanência.
- Continuidade nas atividades de revisão anual do orçamento público do Estado.

2.2.1 – Conselho de Defesa Social

- Vocalização, junto ao Conselho de Defesa Social, dos anseios e demandas da sociedade civil, conforme consolidados nos eventos que a ALMG realiza sobre o tema segurança pública, por meio de seu representante nesse Conselho.
- Viabilização da interlocução entre entidades de segurança pública, representantes da sociedade civil e as instâncias

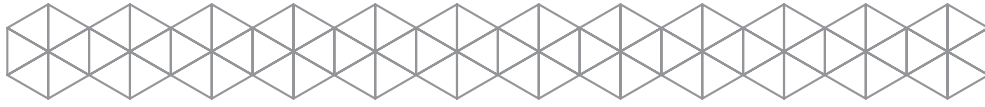


normativas, deliberativas e fiscalizadoras do Estado na área de Defesa Social.

- Promoção de debates sobre a possibilidade de se incluírem representantes de entidades da sociedade civil da área de segurança pública no Colegiado de Integração de Defesa Social, à semelhança do que ocorreu no Conselho Nacional de Segurança Pública – Conasp.

2.3 – Recursos humanos

- Acompanhamento da tramitação da PEC 446/2009, que institui piso salarial para os servidores policiais, na Câmara dos Deputados.
- Interlocação, junto ao Poder Executivo, para que se garantam, no orçamento do Estado, recursos destinados às condições de trabalho de todos os profissionais do sistema de defesa social, com ênfase em política salarial, composição adequada de quadro de pessoal, insalubridade, periculosidade e saúde ocupacional.
- Monitoramento, junto à Seds, das condições de trabalho de todos os profissionais da área de defesa social, com ênfase em política salarial, adequação de quadro de pessoal, jornada, insalubridade, periculosidade e saúde ocupacional.
- Manutenção das atividades das Comissões de Segurança Pública, de Direitos Humanos e de Saúde da ALMG na realização de audiências públicas e de visitas voltadas para as condições de trabalho de todos os profissionais da área de defesa social, com ênfase em política salarial, adequação de quadro de pessoal, jornada, insalubridade, periculosidade e saúde ocupacional.
- Fiscalização da execução do PPAG 2008-2011, exercício 2011, no que toca as ações relativas às condições de trabalho de todos os profissionais da área de defesa social, com ênfase em política salarial, adequação de quadro de pessoal, jornada, insalubridade, periculosidade e saúde ocupacional.
- Continuidade das atividades de revisão anual do orçamento público do Estado.
- Acompanhamento dos desdobramentos da diretriz aprovada na 1ª Conseg de criação de um piso salarial para os profissionais da segurança pública, nas três esferas de governo, com reajustes periódicos.
- Acompanhamento dos desdobramentos das propostas aprovadas no Fórum Técnico “Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência”, relacionadas às condições de trabalho



dos profissionais da área de defesa social, com ênfase em política salarial, adequação de quadro de pessoal, jornada, insalubridade, periculosidade e saúde ocupacional.

- Sensibilização do Poder Executivo e dos órgãos de imprensa sobre a necessidade de promover campanhas de divulgação de imagem positiva das instituições e dos profissionais do sistema de defesa social, em particular policiais civis e policiais e bombeiros militares.
- Debate com especialistas sobre o tema: resgate da credibilidade na força policial com a restauração da imagem das instituições policiais.

2.4 – Controle social

- Debate sobre as formas de controle social do Estado, no que toca o sistema de defesa social.
- Discussão sobre a possibilidade de fortalecer as Corregedorias das Polícias Civil e Militar e de ampliar o controle externo sobre as mesmas.
- Debate sobre a possibilidade de eleger os membros das Corregedorias de Polícia por votação popular.
- Debate sobre a possibilidade de escolha do Chefe da Polícia Civil e do Comandante-Geral da Polícia Militar a partir de lista tríplice.
- Debate sobre a possibilidade de eleição dos membros da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais por votação aberta.

3 – Prevenção à criminalidade

- Inserção de reportagens na programação da TV Assembleia para divulgação dos projetos de prevenção à criminalidade desenvolvidos em Minas Gerais.
- Implementação, pela ALMG, de um grupo permanente de estudos, constituído por representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para refletir, de forma integrada, sobre a política de prevenção à criminalidade, desenvolver programas e ampliar aqueles já existentes no âmbito de cada Poder.

3.1 – Drogas

- Interlocução, junto ao Poder Executivo, para que se garantam, no orçamento do Estado, recursos destinados à prevenção e à diminuição do uso de drogas e substâncias psicoativas.



- Debate sobre as comunidades terapêuticas no que se refere ao seu papel no tratamento de dependentes químicos, às suas relações com o Estado e à questão da autonomia administrativa e financeira.
- Discussão sobre a possibilidade de transformação da Subsecretaria Antidrogas em Secretaria de Estado de Políticas Antidrogas.

3.2 – Egresso do sistema prisional

- Interlocução, junto ao Poder Executivo, para que se garantam, no orçamento do Estado, recursos destinados à implementação de projetos de ressocialização, tanto para detentos quanto para egressos do sistema prisional.
- Monitoramento da aplicação e do cumprimento da Lei nº 18.401, de 28/9/2009, que autorizou o Poder Executivo a conceder subvenção econômica a pessoas jurídicas que contratem egressos do sistema prisional do Estado.
- Debate sobre a efetivação de parcerias e convênios para ampliar a reinserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho.

3.3 – Segmentos vulneráveis: proteção

- Debate sobre a criação de mecanismos de articulação inter-setorial das políticas sociais com as de segurança pública de modo a propiciar uma atuação preventiva mais integrada e eficiente de proteção de famílias expostas à vulnerabilidade social.

3.3.1 – Criança e adolescente

- Análise da possibilidade de implementação do Grupo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco – Geacar – nos municípios-sedes das Regiões Integradas de Segurança Pública – Risps – e capacitação dos militares desse grupo na Linguagem Brasileira de Sinais – Libras.
- Interlocução, junto ao Poder Executivo, para que se garantam, no orçamento do Estado, recursos para projetos que visem diminuir os índices de criminalidade entre jovens.
- Interlocução, junto ao Poder Executivo, para que se garantam, no orçamento do Estado, recursos para melhor



equipar e adequar escolas em áreas de maior vulnerabilidade social.

- Debate sobre a capacitação de professores, familiares e alunos para mediação e solução de conflitos nas escolas estaduais.

3.3.2 – Idoso

- Discussão sobre ações voltadas para a prevenção de acidentes, a diminuição da violência e a discriminação contra idosos.

4 – Apuração de infrações penais e repressão à criminalidade pela Polícia Civil

- Debate aprofundado sobre a autonomia funcional, administrativa e financeira dos órgãos periciais criminais.
- Interlocução com o Poder Executivo para que se garantam, no planejamento público, recursos suficientes à adequada manutenção da Polícia Civil.
- Monitoramento da atuação do Poder Executivo no que se refere a garantias, direitos, deveres e organização dos profissionais da Polícia Civil, de forma a se garantirem melhorias referentes aos profissionais e à infraestrutura dessa instituição.
- Sugestão à Seds e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – de realização de concurso público para provimento de cargos e ampliação do efetivo da Polícia Civil no Estado.
- Sugestão à Seds de análise da situação das Risps do Estado a fim de se ampliar o efetivo e a infraestrutura da Polícia Civil onde for necessário.

5 – Ordem pública: manutenção pela Polícia Militar

- Acompanhamento da atuação do Poder Executivo no que se refere a efetivos, garantias, direitos, deveres e organização da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.
- Monitoramento e apuração das denúncias de violências sofridas ou praticadas por policiais militares do Estado.
- Sugestão à Seds de análise da atual situação das Risps do Estado a fim de se ampliar o efetivo e a infraestrutura da PMMG e do CBMMG onde for necessário.



5.1 – Policiamento ostensivo

5.1.1 – Segurança e prevenção à criminalidade

- Debate sobre a implementação, no Estado, de modelos de policiamento comunitário, como as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs.

5.1.2 – Trânsito urbano e rodoviário

- Discussão sobre a efetivação de ações para reduzir o número de acidentes e mortes deles resultantes nas rodovias estaduais e federais delegadas.

6 – Guardas municipais

- Debate sobre as competências da Guarda Municipal, com base na Proposta de Emenda à Constituição nº 534/2002, e sobre a utilização de armas de fogo pela instituição.

7 – Justiça criminal

- Solicitação ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – de que seja avaliada a possibilidade de ampliação do número de Varas Criminais no Estado, em particular o de Varas de Execuções Penais.
- Solicitação ao Presidente do TJMG de que seja avaliada a possibilidade de realização de concursos públicos para provimento de cargos de Juízes e servidores do Poder Judiciário no Estado.

7.1 – Defensoria Pública

- Debate sobre a criação do Fundo de Assistência Judiciária no Estado.
- Debate sobre a criação da Ouvidoria da Defensoria Pública de Minas Gerais.
- Interlocução junto ao Poder Executivo para que se garantam, no planejamento público, recursos orçamentários suficientes à manutenção e à ampliação da Defensoria Pública.
- Acompanhamento e monitoramento da realização de concursos públicos e do preenchimento dos cargos de Defensor no Estado, com vistas a garantir a criação de órgãos da Instituição em todas as comarcas de Minas Gerais.



- Debate sobre formas de incentivo à implantação e à ampliação dos Núcleos de Prática Jurídica em todo o Estado.

7.2 – Ministério Público

- Solicitação ao Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais de que seja avaliada a possibilidade de realização de concursos públicos para o provimento de cargos de Promotores de Justiça e servidores do Ministério Público Estadual em todo o Estado.

8 – Privação de liberdade e cumprimento de penas: gestão

- Monitoramento da situação do sistema prisional do Estado pela ALMG.
- Debate sobre a adoção de Parcerias Público-Privadas – PPP – no sistema prisional do Estado.
- Debate sobre a possibilidade de expansão da capacidade do sistema prisional de Minas Gerais.
- Debate sobre a necessidade de melhorias na estrutura do sistema prisional do Estado, focado em superlotação, construção de unidades específicas para tutela de detentos de 18 a 24 anos, projetos de ressocialização, uso de tecnologias (videoconferência para depoimentos, raio X para revista de visitas, etc.) e integração de informações e procedimentos relativos à execução penal.
- Ampliação do método desenvolvido pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac – de cumprimento de penas no Estado.
- Priorização, pela ALMG, da tramitação e apreciação do Projeto de Lei nº 5.092/2010, que trata da criação de cargos e da alteração da estrutura da carreira de Agente de Segurança Penitenciário.
- Debate sobre a estruturação do plano de cargos e carreiras, capacitação e fornecimento de equipamentos dos Agentes Penitenciários do Estado.
- Discussão sobre a construção de complexo penitenciário em Ribeirão das Neves, especialmente no que se refere à possibilidade de suspensão das obras, verificação de número excessivo de detentos no Município e apuração de irregularidades.
- Discussão sobre a desativação da Penitenciária José Maria Alckmin e sua transformação em patrimônio cultural do Município de Ribeirão das Neves.



- Constituição de uma comissão composta por membros da ALMG, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, de entidades sociais, religiosas e autoridades municipais de Ribeirão das Neves, para debate sobre projeto de melhorias e integração produtiva das unidades prisionais do Município.
- Interlocução junto ao Poder Executivo de modo a assegurar, no orçamento do Estado, os recursos necessários às melhorias no sistema prisional do Estado.
- Debate sobre a transformação da Subsecretaria de Assuntos Prisionais – Suapi – em Secretaria de Estado de Assuntos Prisionais.

8.1 – Monitoramento eletrônico

- Acompanhamento da efetivação da Lei nº 19.478, de 12/1/2011, no que se refere à implantação do monitoramento eletrônico pela Seds.

8.2 – Pena alternativa

- Debate sobre o incentivo e a ampliação da aplicação das penas e medidas alternativas no Estado.
- Interlocução junto ao Poder Executivo de modo a assegurar, no orçamento do Estado, os recursos destinados à promoção de penas e medidas alternativas e aos atendimentos e acompanhamentos a elas inerentes.

8.3 – Medidas de segurança para pessoas com sofrimento mental

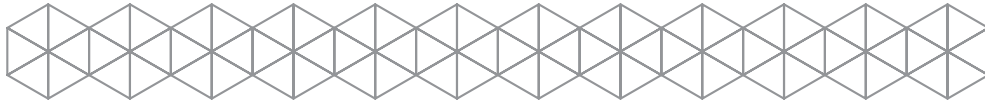
- Discussão sobre a ampliação de vagas para atendimento aos sentenciados portadores de sofrimento mental.

9 – Adolescente autor de ato infracional

- Discussão sobre a implantação de um Centro Socioeducativo na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

10 – Resultados de eventos na área de segurança pública

- Continuidade no encaminhamento das 20 propostas priorizadas na plenária final do Fórum Técnico “Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência”, em conjunto com a Comissão de Representação nele eleita.



- Análise e debate aprofundado sobre os 10 princípios e as 40 diretrizes aprovadas na 1ª Conseg, em conjunto com especialistas e representantes de entidades governamentais e da sociedade civil, de modo a definir quais podem ser objeto de encaminhamento e de ação no âmbito da ALMG, e de que forma.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

MINERAÇÃO

1 – Direito minerário

- Discussão das propostas de alteração da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM – e da legislação básica do setor mineral a serem encaminhadas pelo governo federal ao Congresso.
- Discussão sobre a regulamentação do inciso XI do art. 23 da Constituição da República, que estabelece ser de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

2 – Legislação estadual

- Criação de grupo de trabalho com vistas à elaboração de anteprojeto de lei dispondo sobre a política estadual para o setor mineral.

3 – Geologia, potencial e transformação mineral

- Discussão sobre políticas de fomento e estímulo ao setor mineral.

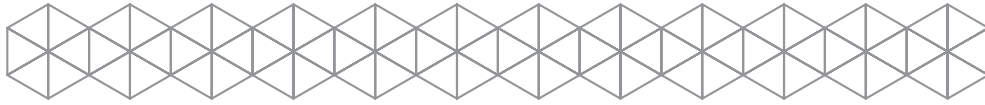
4 – Demandas específicas

- Discussão sobre o desenvolvimento da mineração nas Regiões Norte, Nordeste e Noroeste do Estado.

AGROPECUÁRIA

1 – Produção agropecuária

- Discussão sobre ajustes tributários para o comércio interestadual de produtos agrícolas (enfrentamento da guerra fiscal).
- Discussão da questão ambiental aplicada à agropecuária, sob os seguintes aspectos:
 - revisão da legislação estadual, após a reforma do Código Florestal (PL 1.876/99) no Congresso Nacional;
 - discussão de mecanismos para regularização socioambiental de propriedades rurais;



- discussão de garantia legal de indenização ou de reassentamento aos proprietários rurais deslocados por obras públicas de infraestrutura;
- acompanhamento do programa de pagamento por serviços ambientais Bolsa Verde (em Minas Gerais) e da tramitação do marco regulatório federal.

2 – Irrigação

- Discussão sobre a competição entre os Estados pelo uso das águas (vazão outorgável) de bacias hidrográficas nacionais.

3 – Pesquisa e desenvolvimento/assistência técnica e extensão rural

- Inclusão de dotações específicas no orçamento público para desenvolvimento tecnológico e inovação na agropecuária.
- Valorização, por meio de medidas orçamentárias, dos mecanismos de transferência de tecnologia para o setor produtivo (assistência técnica, extensão rural).

4 – Agricultura familiar

- Discussão e acompanhamento sistemático das políticas públicas estaduais e federais para a agricultura familiar.

5 – Política fundiária

- Apoio à ampliação das ações de regularização fundiária no Estado.
- Discussão sobre a inclusão, nas atribuições do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – Iter –, do serviço de apoio à demarcação/averbação de reservas legais e solução de pendências documentais referentes a indenizações em decorrência de desapropriação de terras em unidades de conservação.

6 – Silvicultura

- Debate sobre a formação da estrutura institucional para execução da política florestal.



INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

1 – Indústria e comércio

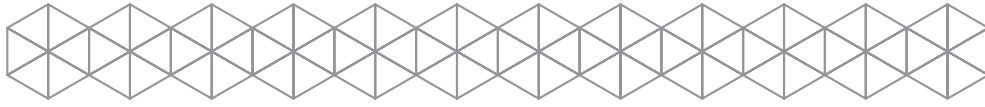
- Instituição, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico do Estado, com ênfase no fortalecimento das estruturas produtivas e incremento da produtividade.
- Gestão para o incremento de programas de compras governamentais, com a criação de mecanismos que favoreçam as empresas localizadas no Estado.
- Discussão sobre a promoção do aumento da taxa estadual de investimento público e privado em infraestrutura (logística de transportes, energia, telecomunicações), de forma a expandir a formação bruta de capital fixo, para incrementar o nível geral da eficiência econômica dos setores produtivos.
- Gestão para o fortalecimento da atuação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, com ênfase na expansão das linhas de crédito e do montante de capital disponível para aplicação.

1.1 – Indústria

- Debate sobre a necessidade de flexibilização da legislação ambiental estadual, no que toca ao desenvolvimento industrial, em consonância com o programa Minas Sustentável, recém-lançado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg.

1.1.1 – Cadeias produtivas

- Debate sobre mecanismos de incentivo à diversificação e ao aperfeiçoamento das cadeias produtivas industriais no Estado, com ênfase na agregação de valor (valor de transformação industrial – VTI) e no crescimento da medida de intensidade tecnológica da produção industrial.
- Debate sobre mecanismos de incentivo ao desenvolvimento da cadeia produtiva aeronáutica, com ênfase em formação e qualificação profissional.
- Debate sobre mecanismos de incentivo ao aumento de valor agregado da produção do setor minerometalúrgico no Estado.



1.1.2 – Arranjos Produtivos Locais – APLs

- Aperfeiçoamento da política de desenvolvimento de APLs, em especial dos arranjos de expressivo conteúdo tecnológico e inovador.
- Fortalecimento do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP-APL–, no âmbito do Poder Executivo.

1.1.3 – Inovação em pesquisa e desenvolvimento – P&D

- Fortalecimento dos programas e ações de indução à inovação tecnológica industrial e comercial no Estado (processos, produtos, métodos organizacionais, *marketing* e comercialização).
- Avaliação da necessidade de expansão das metas financeiras e físicas do Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica – Fiit –, fundo estadual para fomento à inovação, cominadas com criação de linhas de financiamento especiais por parte do BDMG.
- Fortalecimento da competitividade das empresas mineiras, através do mapeamento das fragilidades setoriais, com ênfase na dinamização da cultura de inovação empresarial.

1.2 – Comércio

- Fortalecimento da competitividade das empresas mineiras, através do mapeamento das fragilidades, com ênfase na dinamização da cultura exportadora.
- Discussão da implementação efetiva da Zona de Processamento de Exportação – ZPE – em Teófilo Otoni.

1.3 – Artesanato

- Debate sobre a realização de feiras estaduais de artesanato, com ênfase na exposição de produtos artesanais do Estado, como forma de fomentar o crescimento econômico do setor.



TURISMO

1 – Copa do Mundo

- Busca, em parceria com o Executivo, da melhoria dos serviços de hotelaria em Minas Gerais, especialmente de Belo Horizonte e Região Metropolitana.
- Gestões com vistas a garantir investimentos na infraestrutura aeroportuária e de mobilidade urbana para atendimento aos turistas.
- Discussão sobre a promoção da sustentabilidade ambiental do evento.
- Apoio à implementação de estratégias para maximizar o impacto positivo da Copa do Mundo no desenvolvimento de longo prazo do turismo em Minas Gerais.

2 – Circuitos turísticos

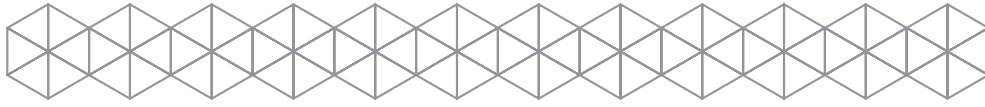
- Discussão sobre o fortalecimento da estrutura de governança por meio de circuitos turísticos, com inclusão de aspectos e critérios culturais e ambientais.
- Busca do fortalecimento das associações de circuitos.
- Acompanhamento da promoção e potencialização dos circuitos turísticos.

3 – Segmentos do turismo

- Debate sobre o incentivo ao Turismo Solidário, com foco na Terceira Idade.
- Acompanhamento da promoção de destinos e segmentos turísticos específicos (como o Turismo Religioso e o Turismo Cultural).
- Discussão sobre o Ecoturismo e o Turismo Rural, incluindo o acesso a cachoeiras e cursos d'água localizados em propriedades particulares.

4 – Capacitação para o turismo e outros temas

- Discussão de programas de capacitação da mão de obra envolvida na oferta de serviços turísticos.
- Debate sobre o aperfeiçoamento das estatísticas da economia do turismo por meio da criação de contas-satélite.
- Discussão e acompanhamento da reativação de trens turísticos e de passageiros.



ENERGIA

1 – Matriz energética: fontes alternativas

- Discussão sobre formas de aumentar a participação das fontes alternativas na matriz energética mineira.
- Debate sobre a consolidação e ampliação das linhas de financiamento para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a produção de energias limpas.

2 – Gás natural

- Acompanhamento dos estudos preliminares sobre a exploração do gás natural na bacia do Rio São Francisco, bem como promoção de debates sobre questões de infraestrutura vinculadas à atividade.
- Debate sobre a política tarifária aplicada ao gás natural no Estado.

3 – Energia elétrica

- Discussão sobre as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs –, tendo em vista a previsão de instalação de um grande número desses empreendimentos no Estado, bem como a perda de receita decorrente da isenção do pagamento de *royalties*.
- Acompanhamento das políticas públicas de benefícios tarifários de energia elétrica praticadas pelo governo federal.

4 – Biogás

- Concessão de incentivos à produção de biogás em Minas Gerais.
- Debate sobre a consolidação e ampliação das linhas de financiamento para aproveitamento do biogás no Estado.

5 – Biocombustíveis

- Acompanhamento das discussões para elaboração de protocolos de intenções e promoção de debate sobre a sustentabilidade do setor agroindustrial voltado para a produção de biocombustíveis.



LOGÍSTICA

1 – Infraestrutura

- Debate sobre as condições da infraestrutura logística do Estado e acompanhamento dos programas e ações relacionados ao assunto.

1.1 – Transporte ferroviário

- Discussão sobre o aumento da presença do modal ferroviário no Estado e acompanhamento dos programas e ações relacionados ao assunto.

1.2 – Transporte rodoviário

- Debate sobre a melhoria das condições da malha rodoviária no Estado e acompanhamento dos programas e ações relacionados ao assunto.

1.3 – Transporte aeroviário

- Debate sobre o aumento da presença do modal aeroviário no Estado e acompanhamento das ações relacionadas ao assunto.

1.4 – Transporte público

- Debate sobre as melhorias no sistema de transporte público, sobre a implementação de sistema de transporte público de massa e acompanhamento dos programas e ações do Estado relacionados ao assunto.

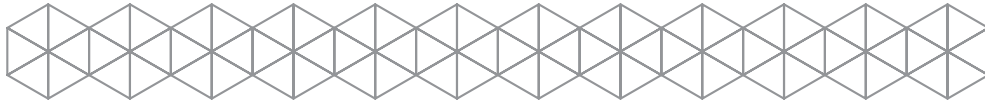
2 – Mobilidade urbana

- Debate sobre a melhoria da mobilidade urbana nos grandes Municípios e nas regiões metropolitanas e acompanhamento dos programas e ações do Estado relacionados ao assunto.

TRIBUTAÇÃO

1 – Política tributária

- Discussão sobre a reforma tributária, com os seguintes enfoques:
 - revisão da carga tributária, a fim de desonerar o setor produtivo;
 - defesa dos interesses do Estado;



- combate à guerra fiscal;
 - redução dos tributos incidentes sobre os produtos essenciais à vida e ao desenvolvimento da economia;
 - defesa das finanças dos Municípios;
 - ampliação da base de contribuintes para assegurar melhor distribuição da carga tributária;
 - simplificação da legislação tributária.
- Discussão sobre o federalismo, tendo em vista a hipertrofia da União em relação aos Estados e aos Municípios e o descompasso entre as competências de cada ente e os recursos disponíveis.
 - Debate sobre reforço da atuação fiscal de caráter educativo e preventivo.
 - Acompanhamento da implantação da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, em todos os Municípios do Estado.
 - Debate sobre a possibilidade de introdução do critério sustentabilidade na política tributária do Estado.

1.1 – Arrecadação tributária

- Debate sobre o combate à sonegação fiscal e à evasão de divisas.
- Discussão sobre o aumento da arrecadação do Estado, por meio do fomento à indústria mineira.

1.1.1 – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS

- Revisão da carga tributária do ICMS, a fim de melhorar a competitividade do Estado, em especial dos setores estratégicos da economia mineira, combatendo a guerra fiscal.
- Isenção do ICMS sobre a cesta básica de alimentos.
- Redução das alíquotas do ICMS sobre o consumo de energia e gás.
- Discussão sobre a distribuição do ICMS entre os Municípios, tendo como enfoque:
 - estabelecimento de novos critérios de distribuição;
 - maior equidade entre os Municípios na distribuição *per capita* dos recursos;
 - combate às desigualdades regionais.



- Discussão sobre o aumento da flexibilidade na utilização dos créditos acumulados do ICMS e simplificação do processo de transferência.

1.1.2 – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA

- Debate sobre medidas de combate à perda na arrecadação do IPVA.

1.1.3 – Taxas

- Discussão sobre a transparência na cobrança das taxas estaduais.

1.2 – Incentivos fiscais

- Debate sobre a política estadual de incentivos fiscais, com vistas à atração de investimentos, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas do Estado.

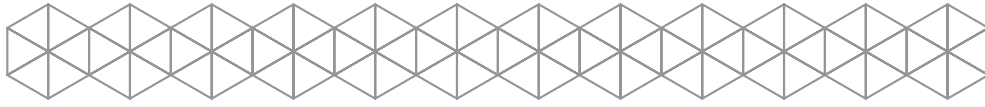
2 – Regimes de previdência: situação financeira e atuarial

- Debate sobre o regime próprio de previdência do Estado, visando ao equilíbrio atuarial do sistema.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1 – Inovação

- Discussão sobre a realização de diagnóstico das empresas mineiras nos aspectos relacionados à inovação, estabelecendo avanços e desafios, bem como sobre novas possibilidades produtivas.
- Incentivo à pesquisa nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, com foco em políticas públicas.
- Discussão sobre a necessidade de aumento dos recursos públicos disponibilizados para fomento a atividades inovadoras, bem como sobre o aumento do controle de seu uso.
- Debate sobre projetos regionais de inovação, com foco nos Municípios e na parceria com o setor produtivo.
- Fomento ao debate sobre a utilização das aquisições governamentais como indutoras do desenvolvimento tecnológico do Estado, pela priorização da compra de bens e serviços de empresas inovadoras.



- Discussão sobre a ampliação da atuação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.
- Discussão sobre a implementação de estratégias, no Estado e no País, para evitar a evasão de pesquisadores.
- Discussão sobre meios de aumentar o investimento público em pesquisa e inovação.
- Discussão sobre programas de preparação dos trabalhadores mineiros para a produção econômica em contexto de criatividade e inovação.
- Discussão sobre incentivo à comercialização de produtos inovadores.
- Discussão sobre a Lei Estadual nº 17.348, de 2008, a Lei Estadual da Inovação, com vistas a seu aperfeiçoamento.
- Discussão sobre a finalização do Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC.
- Debate sobre o alinhamento do financiamento da Fapemig com as estratégias de desenvolvimento do governo.
- Apoio às atividades de pesquisa de segmentos econômicos prioritários e estratégicos (principalmente mineração, siderurgia, agonegócio, serviços, indústria automobilística, construção civil, biotecnologia e tecnologias da informação).
- Discussão sobre a expansão e o fortalecimento do Fiit.
- Debate sobre a criação de linhas específicas para a inovação no âmbito do BDMG.
- Discussão sobre o incentivo fiscal às atividades de inovação.
- Discussão sobre o aumento da participação das empresas nas atividades de inovação.

1.1 – Sistema Mineiro de Inovação – Simi

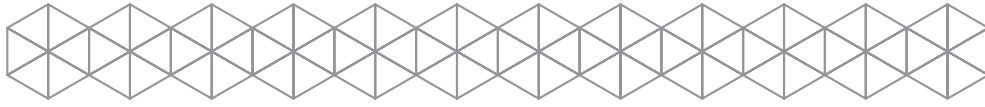
- Discussão sobre a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento e Inovação, com participação dos principais agentes públicos e privados.
- Discussão sobre as possibilidades de atuação conjunta da Sectes, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, Fapemig e demais instâncias ligadas ao desenvolvimento do Estado, para que tenham uma atuação em rede, facilitando a criação e atração de empresas de base tecnológica.
- Debate sobre o aperfeiçoamento da política estadual indutora de inovação tecnológica industrial de produtos e processos, com ênfase no Simi.



- Debate sobre a integração dos agentes produtivos, do poder público e das escolas de ensino superior, com vistas a aumentar a participação do setor privado nas atividades de pesquisa.
- Debate sobre o fortalecimento da rede inovadora mineira, pelo fortalecimento das universidades estaduais, com foco nas necessidades regionais.
- Discussão sobre fomento à atuação em rede do poder público no desenvolvimento de empresas com base tecnológica, especialmente das pequenas e médias.
- Discussão sobre o fortalecimento da interação universidade-governo-setor privado.
- Discussão sobre o aperfeiçoamento da política pública estadual indutora de inovação tecnológica industrial de produtos e processos, com ênfase no Simi e no Centro Multidisciplinar de Microtecnologias, Nanotecnologias e Integração de Sistemas – CMINAS.

2 – Tecnologia de comunicação e informação e outros temas

- Discussão sobre divulgação de conteúdo cultural local e regional por meio da radiodifusão.
- Debate sobre a disponibilização de sinal de telefonia celular nos distritos dos Municípios, complementando a cobertura das sedes.
- Discussão sobre aumento do número de vagas para graduação em Engenharia nas universidades estaduais.
- Debate sobre a instalação, no Estado, do Instituto Federal de Ensino e Pesquisa Avançada.
- Discussão sobre criação do Instituto de Inteligência Competitiva e estímulo ao empreendedorismo tecnológico.
- Debate sobre o incentivo à extensão em ciências humanas e sociais aplicadas no Estado.
- Discussão da integração da Fapemig com o setor de defesa social, com vistas a combater os crimes digitais.



DIREITOS HUMANOS

1 – Pessoas ameaçadas: proteção

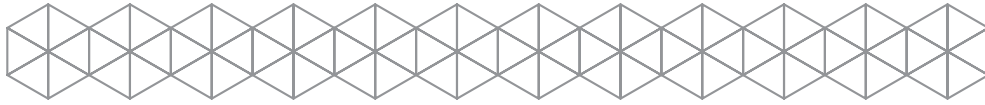
- Promoção de debates sobre os seguintes assuntos:
 - formas de combate aos crimes violentos e de garantia aos direitos fundamentais e ao amparo integral das vítimas e seus familiares;
 - abuso sexual contra crianças e adolescentes;
 - violência e preconceitos contra a mulher;
 - direitos humanos na área da saúde mental em Minas Gerais e estabelecimento de cota nas empresas para portadores de transtorno mental;
 - políticas destinadas à população de rua e critérios para acolhimento desse público em albergues;
 - implementação de políticas contra a discriminação ao segmento LGBT, regulamentação da Lei nº 14.170, de 15/1/2002, e intercâmbio no plano nacional com a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT;
 - políticas para inclusão de pessoas com deficiência e mecanismos para a efetivação de seus direitos quanto a escolas, ao mercado de trabalho e a normas de acessibilidade;
 - criação da Coordenadoria Estadual de Acolhimento Integral à Família e à Pessoa em Situação de Vulnerabilidade e Violência, por meio da unificação das coordenadorias já existentes e da integração operacional dos conselhos e centros de referência estaduais com as redes de enfrentamento à violência contra os setores vulneráveis, respeitando-se suas autonomias administrativas;
 - criação da Ouvidoria de Idosos e de uma central específica para o atendimento ao idoso vítima de violência, no âmbito dos Núcleos de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos ou de outra instância, nos moldes da Central de Atendimento à Mulher/Ligue 180, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SEPM/PR;
 - criação de varas exclusivas do idoso, conforme previsto no artigo 70 da Lei Federal nº 10.741, de 1º/10/2003;
 - instituição de resguardo legal que impeça o tutor ou curador e a autoridade judiciária de definir internação em hospital psiquiátrico para portadores de transtorno mental;
 - divulgação dos nomes e das imagens de pessoas desaparecidas em locais públicos de grande circulação.



- Interlocução, junto ao Poder Executivo, para que se garantam, no orçamento do Estado, recursos destinados à:
 - ampliação dos meios de proteção aos jovens e de incentivo ao esporte, à cultura e ao artesanato, como forma de promoção de seus direitos, oportunidades e perspectivas;
 - formação dos profissionais de segurança pública, de modo que atendam adequadamente as pessoas com deficiência, incluindo o aprendizado da Linguagem Brasileira de Sinais – Libras.
 - implantação de políticas destinadas à incorporação plena das minorias e dos menos favorecidos à vida social;
 - construção de moradias para portadores de transtorno mental;
 - implantação de um sistema de transporte para facilitar a visita de familiares de presos a presídios em todo o Estado.
- Acompanhamento da efetivação das seguintes normas:
 - Decreto nº 6.949, de 25/8/2009, mediante o qual o Brasil aderiu à Convenção da Organização das Nações Unidas – ONU – relativa aos direitos das pessoas com deficiência;
 - as de adequação dos órgãos públicos às regras de acessibilidade;
 - as de existência obrigatória de servidores especializados em Libras;
 - Portaria Interministerial nº 2, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR –, de 15/12/2010, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.

2 – Abuso de poder

- Promoção de debates sobre os seguintes assuntos:
 - papel e participação da Ouvidoria-Geral do Estado em processos contra agentes e órgãos de defesa social envolvidos em violação de direitos fundamentais;
 - métodos de revista usados nas unidades prisionais e implantação de equipamentos atualizados, a fim de se garantirem os direitos dos familiares dos presos e a extinção das práticas vexatórias.
- Interlocução, junto ao Poder Executivo, para que se garantam meios e recursos, no orçamento do Estado, voltados para o fortalecimento da Ouvidoria de Polícia e das Corregedorias das Polícias do Estado.



- Acompanhamento da forma como estão sendo efetivados:
 - a aplicação da legislação referente à responsabilidade do Sistema Único de Saúde – SUS – no tratamento de saúde para os presos;
 - os procedimentos para a punição de policiais envolvidos em abusos de autoridade e outros crimes;
 - os direitos dos Agentes Penitenciários previstos na Lei nº 18.185, de 2/9/2009, que regulamenta os contratos e os processos de demissão.

3. Educação em direitos humanos

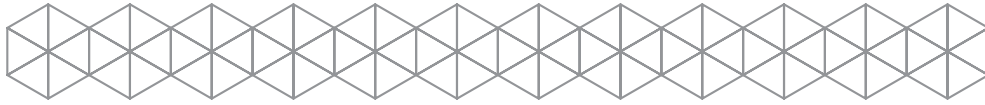
- Promoção de debates sobre:
 - a elaboração do Plano Mineiro de Educação em Direitos Humanos e a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH – no Estado;
 - a democratização dos meios de comunicação de massa, para o melhor acesso dos cidadãos à informação;
 - a inclusão, na grade curricular de cursos para magistrados, de conteúdos sobre o papel dos sindicatos como substitutos processuais dos trabalhadores em ações coletivas.
- Interlocução, junto ao Poder Executivo, para que se garantam recursos, no orçamento do Estado, voltados para:
 - a formação de servidores públicos no tema garantia e promoção dos direitos humanos;
 - a capacitação em direitos humanos dos profissionais da segurança pública e a elaboração de um manual de procedimentos-padrão;
 - a educação em cidadania e direitos humanos na sociedade civil, destacando-se o papel dos indivíduos como atores políticos e o acesso aos direitos sociais.
- Acompanhamento da efetivação da Lei nº 15.476, de 12/4/2005, que determina a inclusão de matérias referentes à cidadania e aos direitos humanos na grade curricular dos ensinos fundamental e médio.
- Divulgação, pela TV Assembleia, de campanhas periódicas sobre valores, diretrizes e normas de promoção dos direitos humanos.



- Inserção, na programação da Escola do Legislativo, de curso para formação dos membros e servidores do Poder Legislativo estadual sobre o exercício de seu trabalho utilizando os princípios e as normas dos direitos humanos.

4 – Promoção dos direitos humanos

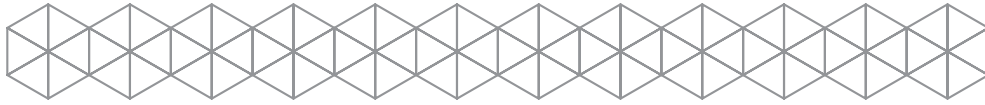
- Promoção de debates sobre os seguintes assuntos:
 - atualização e implementação do Programa Mineiro de Direitos Humanos – PMDH –, incorporando-se as 141 propostas indicadas pela Conferência Estadual de Direitos Humanos 3 – CEDH-3 –, efetivando as propostas sobre direitos humanos deliberadas no Fórum Técnico “Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência”, realizado pela ALMG em 2010, e garantindo-se a continuidade das políticas públicas sociais como direito universal e política de Estado;
 - garantia de acesso à justiça para os setores da população carentes e discriminados, contemplando a solução extrajudicial dos conflitos e a situação da Defensoria Pública;
 - direitos fundamentais na área da saúde e efetivação das Leis nºs: 12.296/1996, que institui a Campanha Estadual de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis; 13.317/1999, que contém o Código de Saúde do Estado; 14.790/2003, que proíbe, em situação de urgência e emergência, a exigência de depósito prévio para internamento em hospital da rede privada; e 16.276/2006, que dispõe sobre a atuação do Estado na prevenção, no tratamento e na redução de danos causados à saúde pelo uso de drogas;
 - novos mecanismos que fortaleçam a participação popular nas decisões públicas em geral e no processo legislativo, por meio de ferramentas institucionais de consulta;
 - participação de cidadãos e autoridades dos Municípios envolvidos na discussão sobre a construção de presídios em regime de Parceria Público-Privada – PPP;
 - abolição da exigência indiscriminada do atestado de bons antecedentes, limitando-o à esfera da Justiça Criminal;



- direito à cidade, promoção de políticas urbanas justas, criação do Conselho Estadual das Cidades e formas de se evitarem despejos e métodos violentos contra moradores;
 - fortalecimento dos conselhos de políticas públicas setoriais como órgãos de Estado e criação do Fórum Permanente de Conselhos, a fim de se promover a articulação entre os diversos segmentos participantes;
 - instituição da autonomia do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh – e sua requalificação para lhe garantir a prerrogativa de indicar candidatos às Ouvidorias do Estado;
 - criação do Conselho Estadual de Comunicação e discussão sobre seu papel na promoção dos direitos humanos e no fortalecimento da cultura da paz;
 - formação de uma comissão tripartite, com a participação do Poder Legislativo, do Poder Executivo e das famílias ocupantes, a fim de se minimizarem os conflitos urbanos e agrários;
 - gestão das políticas governamentais de direitos humanos;
 - criação de comissões de direitos humanos nas Câmaras Municipais e sua articulação, em redes de informação e intercâmbio, com as Comissões de Direitos Humanos da ALMG, das demais Assembleias estaduais, da Câmara Federal e do Senado.
- Acompanhamento da forma como estão sendo efetivados:
 - a execução orçamentária dos recursos destinados a programas e ações em direitos humanos, criando-se espaços específicos e recorrendo-se ao Tribunal de Contas do Estado para a análise de questões complexas;
 - a construção e o funcionamento dos empreendimentos hidrelétricos em Minas Gerais quanto a seus impactos socioambientais e às violações aos direitos humanos das populações atingidas pelas barragens, com base nas Leis nºs 12.812/1998 e 15.012/2004, que regulamentam o parágrafo único do artigo 194 da Constituição do Estado.
 - Promoção da estrutura e das atividades da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, quanto aos seguintes aspectos:



- reforço de suas condições de trabalho, a fim de capacitá-la a responder efetivamente ao grande volume de demandas;
- parceria com órgãos e projetos de universidades e instituições da sociedade civil, incorporando outras instâncias de encaminhamento e resolução;
- destaque para o direito dos trabalhadores a salários e condições de vida dignos;
- aprofundamento de sua articulação com as entidades da sociedade civil dedicadas à promoção dos direitos humanos no Estado;
- realização de estudos sobre a situação e as políticas dos direitos humanos no Estado, em parceria com a Escola do Legislativo e instituições de ensino locais.



EDUCAÇÃO

1 – Educação básica

1.1 – Organização da política educacional e articulação dos sistemas de ensino

- Avaliação, ao final do exercício de 2012, da implementação das ações e metas do Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais – PDEMG – e reorientações no planejamento, em consonância com o disposto no Plano Nacional de Educação.
- Debate sobre a proposta de alteração na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei de Ação Civil Pública, de autoria do Presidente da República, que visa a disciplinar a ação civil pública de responsabilidade educacional.
- Discussão sobre as novas configurações do regime de colaboração dos entes federativos para a oferta de educação básica, após a aprovação do Plano Nacional de Educação para 2011-2020.

1.2 – Gestão da rede estadual de ensino

- Avaliação dos resultados alcançados pelo Programa Estruturador 030 – Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, desde o seu advento.
- Avaliação do modelo de escola de tempo integral adotado pelo Estado, nos aspectos relativos à abrangência dos programas, às atividades desenvolvidas e à integração com as comunidades.

1.3 – Organização curricular e atividades extracurriculares

- Promoção de debate sobre:
 - a regulamentação estadual dos conteúdos curriculares básicos comuns e da parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio, bem como das matrizes curriculares com ênfase no ensino médio adotadas na rede estadual, com análise de resultados;
 - a integração do ensino médio com o ensino profissional de nível técnico, a abordagem dos conteúdos de preparação básica para o trabalho e o uso de tecnologias de informação nos programas estaduais de desenvolvimento do ensino médio;



- as estratégias para o estímulo à frequência e à permanência dos alunos no ensino médio;
- as atividades complementares e extracurriculares nos programas federais e estaduais;
- a compatibilização entre a formação docente e as novas orientações do ensino médio;
- o papel da União e do Estado no aprimoramento da formação profissional do magistério.

1.4 – Educação infantil

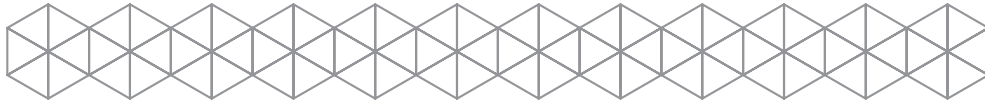
- Intervenção no PPAG 2012-2015, com vistas a incrementar as ações de cooperação entre Estado e Municípios para o desenvolvimento da educação infantil, visando, em especial, à formação inicial e ao desenvolvimento de programas de capacitação voltados aos professores de creches e pré-escolas das redes municipais, incluindo-se as instituições conveniadas.
- Gestões para oferta de garantia de orientação técnica na formulação de planos e propostas pedagógicas para a educação infantil e para a gestão administrativa das escolas, de forma a instrumentalizar a execução das ações estratégicas e metas do PDEMG 2011-2020.

1.5 – Educação de jovens e adultos

- Debate sobre os avanços e desafios da educação de jovens e adultos – EJA –, os resultados dos programas federais e estaduais em andamento, a metodologia, os planos curriculares, o atendimento das regiões do Estado, a articulação com os programas de educação profissional e o acompanhamento da execução das ações estratégicas e metas do PDEMG 2011-2020 para essa modalidade de ensino.

1.6 – Educação no campo

- Constituição de grupo de trabalho para discutir possíveis aprimoramentos na Lei nº 14.614, de 2003, que institui o Programa de Apoio Financeiro à Escola Família Agrícola, visando ao atendimento das demandas de forma mais efetiva.
- Promoção de debate sobre a educação no campo em todas as suas dimensões.



1.7 – Educação especial

- Promoção de debate sobre:
 - as reais condições de acessibilidade nas escolas públicas da rede estadual e das redes municipais, bem como sobre os recursos humanos e materiais envolvidos na educação especial;
 - a eficácia das estratégias de inclusão dos alunos com deficiência na escola regular.

2 – Educação profissional e tecnológica

- Promoção de debate com vistas a:
 - discutir as políticas, planos e programas de iniciativa do poder público e de entidades não governamentais, voltados à educação profissional e tecnológica, construir um diagnóstico da educação profissional no Estado e fornecer subsídios à execução das ações estratégicas e metas do PDEMG 2011-2020 para essa modalidade de ensino;
 - avaliar os resultados do Programa Ensino Médio Profissionalizante, considerando-se os critérios para oferta de cursos de educação profissional, os aspectos de regionalização, capacidade de atendimento, alinhamento com as demandas do mercado de trabalho, qualidade e reconhecimento dos cursos e capacitação dos profissionais de educação.

3 – Educação superior

- Formação de um grupo de trabalho para discutir a viabilidade de elaboração de um projeto de lei que disponha sobre o ensino superior no Estado.
- Promoção de um fórum de educação, ciência e tecnologia, em cumprimento ao que dispõe o PDEMG 2011-2020.
- Promoção de debate sobre o processo de absorção das fundações associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg.

4 – Programas suplementares de apoio à educação básica – alimentação e transporte escolar e assistência à saúde do estudante

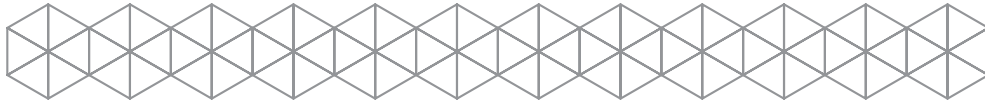
- Avaliação da implementação da Lei nº 15.072, de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.



- Promoção de debate sobre:
 - os efeitos da Lei nº 11.947, de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar na gestão estadual do Programa Nacional de Alimentação Escolar e na organização da agricultura familiar;
 - o transporte escolar dos alunos das redes estadual e municipais nas áreas urbanas e rurais, abrangendo temas relativos à repartição de responsabilidades, ao financiamento e à fiscalização dos programas;
 - o alcance da Lei nº 16.683, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado, e o desenvolvimento de ações de acompanhamento e assistência à saúde dos alunos das escolas públicas de educação básica.

5 – Profissionais de educação básica

- Discussão das formas de atualização da Lei nº 15.293, que institui as carreiras dos profissionais de educação básica.
- Discussão dos impactos do resultado do julgamento da Adi 4167, impetrada contra a Lei Federal nº 11.738, de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, para os profissionais do magistério público da educação básica no Estado.
- Discussão sobre a regulamentação e a organização do quadro de pessoal e designação para preenchimento de cargos nas escolas, nas Superintendências Regionais de Ensino e no órgão central da Secretaria de Estado de Educação.



ESPORTE E JUVENTUDE

1 – Esporte

- Acompanhamento da implementação das propostas apresentadas no Seminário Legislativo “Esporte, Infância e Adolescência – Caminho para a Cidadania”.
- Interlocução com o Poder Executivo, com vistas à criação de sistemas de informações da área do esporte, com a finalidade de identificar, cadastrar, sistematizar e mapear o desporto no Estado, para subsidiar o planejamento das ações do governo no setor.
- Aprimoramento do critério esporte previsto na Lei do ICMS Solidário, com o objetivo de garantir a continuidade dos programas esportivos de iniciativa dos governos municipais e estimular a presença de profissionais capacitados para a gestão do esporte.

1.1 – Financiamento e incentivo

- Debate entre os poderes públicos estadual, municipais e federal, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, a respeito dos parâmetros de aplicação dos recursos e investimentos no setor esportivo e sobre a definição das responsabilidades de cada um no financiamento do esporte.
- Promoção de campanha orientadora, em parceria com a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude – Seej –, sobre as formas de captação de recursos materiais e financeiros públicos para a realização de projetos esportivos.
- Interlocução com o Poder Executivo, visando à implementação de projetos esportivos voltados à criança e ao adolescente, financiados com recursos captados de pessoas físicas e jurídicas, nos moldes do programa federal Projetos Esportivos Sociais.
- Debate sobre a criação de um fundo para apoio financeiro a projetos que contribuam para a promoção da inclusão social através do desporto.

1.2 – Desporto educacional e educação física

- Intervenção nos instrumentos de planejamento público, com vistas a incentivar a prática esportiva nas escolas públicas do Estado por meio da construção e melhoria da infraestrutura para o esporte nesses espaços, da presença de profissionais habilitados e capacitados para estimular, treinar e acompanhar os alunos e da oferta de material didático adequado



para a realização das aulas de Educação Física e dos projetos esportivos realizados no ambiente escolar.

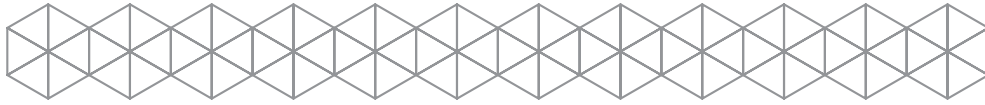
- Debate acerca da valorização da educação física e da diversificação das atividades e modalidades praticadas nas aulas dessa disciplina no sistema estadual de ensino.
- Debate, com a participação da Seej, sobre a ampliação dos Jogos Escolares – Jemg –, com vistas a uma avaliação do evento e às perspectivas de ampliação para a participação de representantes de todos os Municípios mineiros.
- Interlocução com a Seej, com vistas a ampliar as ações de capacitação dos profissionais que atuam nos programas de promoção do esporte e a promover a interiorização desses programas, gerenciados ou executados pelo governo estadual, especialmente nas áreas rurais.

1.3 – Desporto de participação

- Debate sobre as ações do governo que visem a criar condições adequadas para a prática esportiva das pessoas com deficiência e dos idosos, garantindo-lhes a acessibilidade dos equipamentos esportivos e a orientação de profissionais capacitados para trabalhar com esse público.
- Debate acerca da destinação de recursos públicos e do incentivo à atuação da iniciativa privada na construção e manutenção dos espaços públicos de lazer e de prática esportiva.
- Debate acerca da contribuição da prática esportiva para a promoção da saúde e sobre a necessidade de observância dessa finalidade pelos programas esportivos estaduais.

1.4 – Desporto de rendimento

- Acompanhamento das medidas adotadas para a preparação do Estado e de Belo Horizonte para sediar a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014 e debate sobre a escolha e preparação de outros Municípios que receberão as delegações, oferecendo-lhes estrutura adequada para aclimação, treinamento e concentração.
- Debate sobre a ampliação dos Jogos do Interior de Minas – Jimi –, com a participação da Seej, com vistas a uma avaliação do evento e às perspectivas de ampliação para a participação de representantes de todos os Municípios mineiros.
- Debate acerca da destinação de recursos públicos e do incentivo à atuação da iniciativa privada na construção e manuten-



ção de complexos esportivos (centros olímpicos e estádios de futebol) em cada macrorregião do Estado e na recuperação e revitalização de espaços já existentes, destinados à prática desportiva.

- Debate acerca do incentivo à prática e ao desenvolvimento de modalidades esportivas que contam com pouca visibilidade.
- Debate sobre a criação de mecanismos de incentivo à pesquisa nas áreas do esporte, ao treinamento e ao aperfeiçoamento de atletas, por meio da atuação de centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica.

2 – Juventude

2.1 – Dimensão institucional

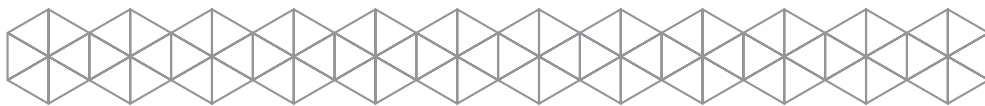
- Debate acerca da construção, execução e gestão das políticas públicas de juventude, evitando-se a abordagem conjunta com as políticas de esporte, de forma a reconhecer a especificidade da temática da juventude.
- Debate e criação de documento normativo, como forma de incentivar a criação de conselhos municipais de juventude e apoiar seu funcionamento.

2.2 – Dimensão legal

- Elaboração de um plano estadual para a juventude e acompanhamento da elaboração do Plano Nacional da Juventude e do Estatuto da Juventude, em tramitação no Congresso Nacional.
- Acompanhamento da efetivação da Política Estadual de Juventude, prevista na Lei nº 18.136, de 14/5/2009.

2.3 – Dimensão participativa

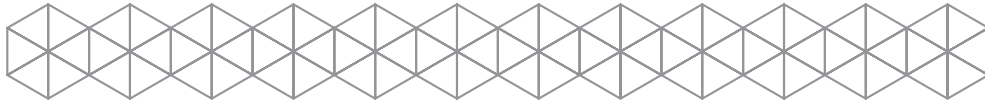
- Divulgação ampla dos eventos institucionais e da agenda de discussão das comissões entre as entidades e movimentos da juventude, com vistas à maior participação dos jovens nas discussões sobre a formulação de uma política de juventude consistente no Estado, estimulando o protagonismo juvenil.
- Debates acerca das composições dos Conselhos Estadual e Municipais de Juventude, com vistas a garantir-lhes maior representatividade e a torná-los verdadeiros espaços de diálogo da sociedade civil com o Estado, para elaboração e implementação de programas específicos voltados para o público jovem.



- Interlocução com o Poder Executivo e com representantes do movimento jovem, com vistas à construção de uma política de juventude que observe as resoluções de fóruns, encontros, seminários e outros eventos da juventude.

2.4 – Dimensão inclusiva

- Discussão sistemática acerca da redução da oferta e da demanda de drogas entre a população jovem e sobre a criação e ampliação de mecanismos que promovam a inclusão social do jovem, sua qualificação profissional e sua inserção no mercado de trabalho.



GOVERNANÇA REGIONAL E URBANA

1 – Desenvolvimento regional

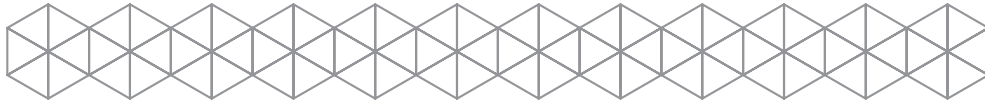
- Ampliação do debate público referente ao aperfeiçoamento das políticas públicas de indução ao desenvolvimento socioeconômico regional, atentando-se para uma articulação dinâmica com as políticas públicas federais (em especial aquelas emanadas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR).
- Debate público sobre o desenvolvimento regional no Estado, com ênfase no envolvimento de instâncias de governança regional já instituídas.
- Debate público com vistas ao desenvolvimento das políticas públicas de fomento à organização e desenvolvimento dos arranjos produtivos locais – APLs –, com vistas à propulsão ao desenvolvimento econômico regional.
- Discussão sobre a efetiva implementação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE – de Teófilo Otoni.

2 – Municípios e governança regional

- Discussão, em articulação com o Poder Executivo estadual, sobre a estrutura de gestão baseada na regionalização do planejamento (Regiões de Planejamento) e administração (Regiões Administrativas) dos negócios do Estado, com ênfase em critérios de autonomia orçamentária e administrativa.
- Fortalecimento da gestão pública através da efetiva institucionalização das instâncias de governança regional e urbana, sobretudo quanto à autonomia decisória regional.
- Instituição, na ALMG, de uma Frente Parlamentar para acompanhamento, junto ao Congresso Nacional, da edição da norma complementar que trata da criação de novos Municípios.
- Acompanhamento da execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, seus efeitos e repercussões para os Municípios constituintes.
- Gestão para a integração das políticas de mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano, articulando os níveis federal e estadual.
- Incentivo à implantação de sistemas estruturais de transporte de grande e média capacidade em corredores próprios nas cidades de médio e grande porte e nas regiões metropolitanas.



- Indução ao fortalecimento dos investimentos no sistema viário urbano e interurbano nos locais onde forem priorizados os modos coletivos e os não motorizados.
- Ampliação do debate público entre a ALMG e o Poder Executivo estadual quanto aos programas e ações previstos nos instrumentos orçamentários do Estado referentes ao Fundo Estadual de Habitação – FEH –, cuja atuação é orientada pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS.
- Aperfeiçoamento da articulação entre a ALMG e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Sedru – na avaliação dos resultados do Sistema Estadual de Capacitação e Acompanhamento para Elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social – SECA-PLHIS –, com ênfase nos Municípios de menor porte.



MEIO AMBIENTE

1 – Licenciamento

- Discussão sobre os critérios de licenciamento ambiental do plantio da cana-de-açúcar e de outras monoculturas.
- Discussão sobre os critérios de licenciamento ambiental da mineração.
- Debate sobre um novo modelo de licenciamento ambiental que leve em consideração a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento.
- Discussão sobre os impactos ambientais da exploração imobiliária e do parcelamento do solo urbano.

2 – Fiscalização ambiental

- Discussão sobre controle da poluição veicular.
- Debate sobre o novo modelo de fiscalização ambiental, decorrente das alterações promovidas pela Lei Delegada nº 180, de 2011, que concentra na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – a fiscalização ambiental antes exercida pelos órgãos seccionais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

3 – Planejamento em meio ambiente

- Acompanhamento do processo de integração da Política Ambiental com a de Recursos Hídricos na gestão ambiental do Estado.
- Acompanhamento das providências relativas à atualização e aprimoramento do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE – do Estado.
- Acompanhamento da atuação dos Núcleos de Gestão Ambiental – NGAs – e da elaboração das Avaliações Ambientais Estratégicas – AAEs – nos diversos setores das políticas públicas.

4 – Educação ambiental

- Discussão sobre a efetivação das políticas de educação ambiental junto às escolas, aos agricultores e aos trabalhadores em saneamento.



5 – Instrumentos econômicos de gestão ambiental

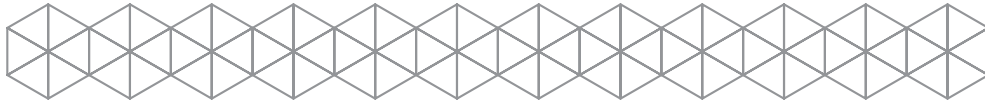
- Acompanhamento da implantação e execução do Bolsa Verde e da aprovação do marco regulatório federal.
- Promoção de estudos sobre a introdução do critério sustentabilidade na política tributária do Estado e na reforma tributária da União.
- Discussão, com organismos estaduais, federais e internacionais de financiamento de pesquisa e inovação, sobre recursos para o desenvolvimento de tecnologias limpas.
- Discussão de mecanismos de financiamento de programas de restauração de vegetação em áreas com restrição de uso, em especial áreas de preservação permanente e reserva legal em propriedades rurais.
- Estímulo à agricultura de baixo carbono e facilitação de acesso dos empreendedores mineiros ao mercado de créditos de carbono.

6 – Mudanças climáticas – aquecimento global

- Discussão sobre as mudanças climáticas, enfatizando aspectos como limites para emissão de gases de efeito estufa, mecanismos de desenvolvimento limpo e medidas de convivência com as mudanças climáticas.
- Acompanhamento e avaliação das ações do planejamento estadual relacionadas às mudanças climáticas.

7 – Biodiversidade e unidades de conservação

- Adequação da Lei Florestal mineira às futuras alterações do Código Florestal brasileiro, com ênfase nas especificidades regionais.
- Acompanhamento da regularização fundiária de unidades de conservação do Estado.
- Revisão do sistema estadual de unidades de conservação sob o foco da inclusão das populações residentes nas estratégias de conservação ambiental.
- Discussão da importância econômica e ambiental das atividades de silvicultura, sua regulamentação, fiscalização, fomento e competências institucionais no Estado.
- Demandas localizadas:
 - Proteção especial dos campos ferruginosos.
 - Apoio à criação do Parque Nacional dos Altos da Mantiqueira.



- Criação de corredores ecológicos para áreas protegidas do vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.
- Proteção da Serra do Gandarela, na RMBH.
- Transformação da Serra da Calçada em monumento natural.

8 – Recursos hídricos

- Discussão sobre formas de evitar a contaminação de águas subterrâneas por gás natural em poços de pesquisa e exploração.
- Discussão do Programa Estruturador Revitalização do Rio das Velhas – Meta 2014, no âmbito do planejamento público.
- Discussão sobre formas de evitar ou proibir a canalização de cursos d’água em área urbana, de reverter canalizações existentes e de proteger mananciais para abastecimento público.
- Discussão sobre a possibilidade de adoção, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da Classe 2 como parâmetro mínimo para enquadramento dos cursos d’água do Estado.

9 – Resíduos sólidos

- Adequação da Lei nº 18.031, de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, à Lei Federal nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Acompanhamento da readequação do decreto que regulamenta a Lei nº 18.031, de 2009.
- Discussão da implantação das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos.
- Produção de cartilha sobre a política de resíduos sólidos.
- Discussão sobre a formação de consórcios intermunicipais para a gestão de resíduos sólidos.
- Gestão para o estabelecimento da logística reversa de óleos lubrificantes e produtos eletroeletrônicos e seus componentes.
- Gestão para a redução de tributos para produtos fabricados com materiais reciclados.
- Discussão e acompanhamento do cumprimento das medidas preconizadas pela Deliberação Copam nº 52/2001 (eliminação dos lixões).
- Discussão dos instrumentos econômicos e dos mecanismos de financiamento e de apoio aos Municípios para implantação da coleta seletiva.



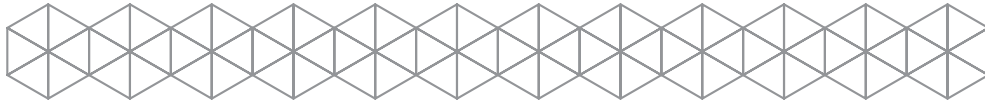
- Participação no Festival Lixo e Cidadania, realizado anualmente pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania.
- Debate sobre o papel da Agência Metropolitana na execução das políticas públicas de resíduos sólidos.

10 – Saneamento básico

- Adequação da Lei nº 11.720, de 1994, referente à Política Estadual de Saneamento Básico, à Lei Federal nº 11.445, de 2007, que dispõe sobre a Política Federal de Saneamento Básico.
- Debate sobre ações do Estado para apoiar os Municípios não atendidos pela Copasa em operações de tratamento de esgoto.
- Discussão das metas e recursos financeiros para a efetivação do tratamento de esgoto no Estado.
- Discussão sobre formas de apoio do Estado à manutenção adequada dos sistemas de coleta de águas pluviais.
- Discussão e acompanhamento do cumprimento da Deliberação Normativa Copam nº 96/2006, que convoca Municípios para o licenciamento ambiental de seus sistemas de tratamento de esgotos.
- Debates sobre a regulamentação da compensação financeira a Município afetado por inundação causada por implantação de reservatório, prevista pela Lei nº 13.199, de 1999.
- Discussão da efetivação do Programa Estadual de Conservação da Água, de que trata a Lei nº 12.503, de 1997.
- Discussão do uso da base de dados federais (Ministério das Cidades e Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento Básico – SNIS) sobre saneamento para o monitoramento de ações de saneamento básico, como forma de identificar a necessidade de implantação de sistemas adequados de esgotamento sanitário e de disposição de resíduos.

11 – Outros temas em meio ambiente

- Discussão sobre a proteção animal (fauna silvestre e exótica, inclusive doméstica), na forma dos projetos de lei em tramitação na Casa.
- Revisão da Lei nº 7.302, de 1978, que dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Estado de Minas Gerais.
- Discussão sobre a necessidade da consolidação das leis ambientais, no sentido da unificação de leis esparsas sobre um mesmo tema e na eliminação dos dispositivos considerados revogados tacitamente.



SAÚDE

1 – Atenção básica

1.1 – Saúde da família

- Debate sobre a implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS –, instituída pela Lei nº 18.874, de 20/5/2010.
- Debate sobre as ações e os serviços de saúde pública desenvolvidos no Estado para os idosos e o acesso a eles.
- Discussão, com participação conjunta das Comissões de Saúde e de Esporte, Lazer e Juventude, sobre as ações de promoção da qualidade de vida desenvolvidas pelas Secretarias de Estado de Saúde e de Esportes e da Juventude.
- Debate sobre os recursos orçamentários destinados a infraestrutura e qualificação da estratégia Saúde da Família.

1.2 – Vigilância à saúde

- Debate sobre a prevenção e o controle da dengue em Minas Gerais; com ênfase na atuação intersetorial e na parceria entre Estado e Municípios.
- Debate sobre as emergências epidemiológicas e os limites de atuação da autoridade sanitária.
- Discussão sobre as mudanças nos fatores determinantes de doenças endêmicas e sobre a necessidade de estudos para adequação das medidas preventivas e de combate a tais doenças.

2 – Média e alta complexidade

- Discussão sobre o Plano Diretor de Regionalização – PDR – atualmente implementado no Estado e sobre a necessidade de sua revisão.
- Debate sobre a estrutura atual da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Estado, as dificuldades enfrentadas pelos gestores e a possibilidade de ampliação da rede.
- Incentivo à doação de órgãos para transplantes por meio de campanha publicitária da TV Assembleia.
- Discussão, no planejamento público, sobre a destinação de recursos específicos para a política de órteses e próteses no Estado.



3 – Políticas específicas

3.1 – Saúde mental/atenção ao usuário de álcool e outras drogas

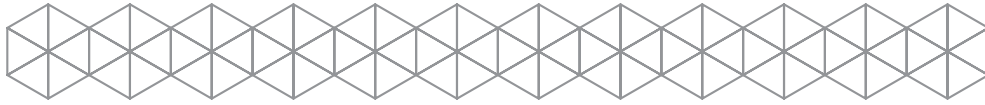
- Acompanhamento e monitoramento dos gastos orçamentários destinados à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social do usuário de álcool e outras drogas no Estado.
- Debate, com a Secretaria de Estado de Saúde, sobre o processo de credenciamento de serviços hospitalares de referência em álcool e drogas – SHRAD – em Minas Gerais e sobre a necessidade de efetivação das medidas para incentivar a implantação de Centros de Atenção Psicossocial – Caps – no maior número possível de Municípios.
- Debate sobre a qualificação dos profissionais das equipes do Programa Saúde da Família para atuar na prevenção, na detecção precoce dos casos de uso abusivo de álcool e outras drogas, e no encaminhamento adequado para tratamento.
- Debate sobre a estruturação e a melhoria da rede de atenção ao usuário de álcool e outras drogas no Estado.
- Debate sobre a necessidade de planejamento e de atuação intersetorial para reduzir o consumo de drogas e garantir o acesso a tratamento adequado para os usuários, com a participação das Comissões de Saúde, do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Educação e de Segurança Pública.
- Solicitação de informações à Coordenação Estadual de Saúde Mental e ao Ministério Público sobre a implantação da junta técnica revisora das internações involuntárias, prevista na Lei nº 11.802, de 1995.

4 – Assistência farmacêutica

- Discussão, com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde, sobre a possibilidade de fornecimento, pelo SUS, de filtros solares para casos específicos a serem discriminados em protocolo clínico.

5 – Recursos humanos

- Debate sobre o cumprimento, pelos Municípios e pelo Estado, dos preceitos constitucionais de realização de concurso público para os trabalhadores do SUS.
- Debate sobre questões relacionadas aos trabalhadores do SUS: plano de carreira, cargos e salários, educação permanente, precarização das relações de trabalho e política de humanização.



6 – Financiamento

- Discussão sobre o financiamento da saúde e o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 no Estado; acompanhamento da regulamentação da referida emenda pelo Congresso Nacional.
- Debate sobre a judicialização da saúde e seus impactos no SUS.

7 – Gestão

- Debate sobre as dificuldades de gestão no SUS, as alternativas para a racionalização de custos e as medidas práticas para economia de escala no funcionamento do sistema.
- Debate sobre a responsabilidade do gestor estadual na prestação de apoio técnico e financeiro aos Municípios para a qualificação da gestão da saúde.
- Debate sobre o Projeto de Lei nº 21/2007, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas.
- Debate sobre o funcionamento dos Conselhos de Saúde em todo o Estado e a necessidade de seu fortalecimento.
- Discussão sobre a realização de parcerias público-privadas no setor de saúde .
- Discussão sobre a situação dos convênios e consórcios públicos de saúde no Estado e sobre a legislação a eles aplicada, as dificuldades de constituição e as competências do Estado nesse campo.

